



# A ARQUITETURA NO RIO GRANDE DO SUL

•  
Paulo Iroquez Bertussi • J. N. B. De Curtis  
Fernando La Salvia • Francisco Riopardense de Macedo  
Geraldo Mário Rohde • Nelson Souza  
Günter Weimer (org.)  
•

MERCADO  ABERTO

1150



Capa: Marco Cena  
Composição: Ricardo F. da Silva  
Revisão: Charles Kiefer  
Supervisão: Noelci R. Jacoby T 14951

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL  
"FERNANDO LA SALVIA"  
REGISTRO N.º DATA  
6299 1º/2/88 8552A

CATALOGAÇÃO NA FONTE

A772 A arquitetura no Rio Grande do Sul [por] Paulo Iroquez Bertussi [et al.] Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.  
224p. (Documenta, 15)  
CDU 711(816.5)  
72(816.5)

ÍNDICES ALFABÉTICOS PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

Urbanismo: Rio Grande do Sul 711(816.5)  
Rio Grande do Sul: Urbanismo 711(816.5)  
Arquitetura: Rio Grande do Sul 72(816.5)  
Rio Grande do Sul: Arquitetura 72(816.5)

Bibliotecária Responsável: Rejane Raffo Klaes, CRB-10/586.

1983

Todos os direitos reservados pela  
Mercado Aberto Editora e Propaganda Ltda.  
Rua Santos Dumont, 1186 – Fone (0512) 22 8822  
90000 – Porto Alegre, RS – Cx. Postal 1432

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	5
A HABITAÇÃO SUBTERRÂNEA: UMA ADAPTAÇÃO ECOLÓGICA (Fernando La Salvia) .....	7
O ESPAÇO URBANO E A ARQUITETURA PRODUZIDOS PELOS SETE POVOS DAS MISSÕES (J. N. B. de Curtis) .....	27
ARQUITETURA LUSO-BRASILEIRA (Francisco Riopardense de Macedo) .....	53
A ARQUITETURA RURAL DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ (Günter Weimer) .....	95
ELEMENTOS DE ARQUITETURA DA IMIGRAÇÃO ITALIANA (Paulo Iroquez Bertussi) .....	121
ESTRUTURAS SOCIAIS GAÚCHAS E ARQUITETURA (Günter Weimer) .....	155
ARQUITETURA MODERNA – Elementos fundamentais para uma análise crítica (Nelson Souza) .....	191
ARQUITETURA ESPONTÂNEA NO RIO GRANDE DO SUL (Geraldo Mário Rohde) .....	207

## ESTRUTURAS SOCIAIS GAÚCHAS E ARQUITETURA

GÜNTER WEIMER \*

### Objetivos

Em sua alentada *Estética*, publicada em 4 volumes, Georg Lukács defende a tese de que a arquitetura expressa, antes de mais nada, a luta de uma sociedade concreta para submeter a natureza a suas necessidades. Assim, o primado da luta de classes dentro de uma organização social tende para um plano secundário já que é a sociedade, como um todo, que está engajada neste empreendimento, independente, ou melhor, apesar dos interesses conflitantes dentre os diversos estratos que a compõem. Esta tese, um tanto estranha por ser de um autor reconhecidamente marxista, não deixa de ser estimulante para uma reflexão sobre o fenômeno arquitetônico já que lhe atribui características especiais e peculiares que a diferenciaria das demais formas de expressão. Será que a luta de classes é irrelevante na materialização da obra arquitetônica?

Para tentar responder a esta pergunta, lançamo-nos ao estudo de uma rica documentação, praticamente inexplorada, que abrange todo o período imperial e que se estende para dentro do período republicano, até a II Guerra Mundial, referente as realizações no setor de obras

\*Arquiteto e Mestre em História da Cultura. Vice-diretor da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. No levantamento de dados colaboraram Ketí Bocker, Suzane M. Hartmann, Giana Vanini e Mariza S. Osório.

públicas no Rio Grande do Sul. Assim teríamos isolado os interesses da ou das classes dominantes neste Estado e poderíamos examinar – à luz dos dados empíricos – as transformações estruturais de uma sociedade concreta e as eventuais relações que se processaram na evolução arquitetônica. Este período, relativamente homogêneo quanto às realizações construtivas, apresenta três fases nitidamente distintas quanto à estrutura da sociedade: o período imperial, caracterizado por um conflito entre o poder regional e o central, o da República Velha, em que predominam os interesses regionais e no da República Nova em que o primado dos interesses emana de um poder centralizado na capital do país. Para efeitos deste ensaio, não avançaremos para além da II Guerra Mundial posto que a arquitetura que se implantou desde então – a chamada arquitetura moderna – trouxe consigo um corpus teórico bastante revolucionário. Temíamos que a profunda transformação sofrida pela arquitetura nos trouxesse problemas que na falta de uma perspectiva histórica mais distanciada, poderiam complicar a singeleza da questão que queríamos examinar. Por isto, deixamos este tema para um estudo posterior.

### 1. O início da administração autônoma

Quando o Brasil conquistou sua independência, e a Província de São Pedro, a sua autonomia administrativa, completara-se quase uma centena de anos de ocupação lusitana neste território.

Na situação de alta instabilidade perante a demarcação das fronteiras, com freqüentes confrontações bélicas com os espanhóis, estabeleceu-se um estamento militar dominante que usara a sua função guerreira de conquista do território para a coroa portuguesa, para a legitimação pessoal da posse da terra. A alegação de que a concessão de sesmarias se baseou nas virtudes guerreiras e na capacidade de trabalho dos coroneis, não encontra fundamento histórico. Na medida em que ia sendo organizada uma vida econômica estável, baseada na criação do gado, a legitimação das terras dependia mais da astúcia do que da bravura, mais do relacionamento familiar e de favores do que do desempenho militar, mais da “proteção” dos generais que da camaradagem de caserna. Tornar-se proprietário significava ser influente na administração provincial que abonava e ratificava toda a violência praticada pela posse da terra.

Como o aparelho administrativo era débil, o quadro da organização social tinha um aspecto celular. Cada latifúndio mantinha larga independência mantida por uma estrutura rígida e militar. O centro das decisões e do poder era o coronel, sustentado por peões, índios e escravos. Por

entre estas células relativamente independentes criara-se o espaço suficiente para a vida dos gaúchos, isto é, pessoas errantes, vivendo do contrabando, do roubo e do assalto.

A insegurança trazida por estes marginais não se fazia apenas sentir no campo: os próprios conglomerados urbanos estavam sujeitos à agressão dos malfeitores. O relatório presidencial de 1832 não deixa dúvidas a este respeito: “Solitárias as ruas da Cidade (Porto Alegre), os ladrões investiram todas as casas e depois de repetidas tentativas para roubar os depósitos públicos, conseguiram tirar da alfândega avultada soma . . . Não foi só na Capital que se manifestou este espírito de rapina: as vilas de São José do Norte, Santo Antônio da Patrulha e Rio Grande foram vítimas dos malfeitores . . .” (relatório do presidente Antonio Galvão). No relatório de 1830 foi reproduzido um ofício da Câmara de S. Antônio da Patrulha em que se lia, entre outras coisas: “As autoridades são ludibriadas e sem respeito, sendo desprezados os seus mandados até por homens criminosos que continuamente vão armados pelas vilas e povoações de seu termo, atacando os moradores” (relatório do presidente Caetano M. Lopes Gama).

Com este estado de coisas, não é de admirar que as reivindicações dos presidentes dirigidas ao Conselho Provincial, no que tange às obras públicas, insidiam na estruturação do aparato repressivo com prioridade para a construção de prisões. O relatório de 1830 faz o seguinte comentário a respeito: “O estado das cadeias e das prisões militares não pode ser mais deplorável: a descrição . . . das que existem nesta cidade é aplicável a todas as outras da Província. A leitura dessas descrições assaz excita os sentimentos de humanidade em favor desses desgraçados que, por uma dura necessidade, são ali recolhidos. A pouca ou nenhuma segurança desses edifícios ainda aumenta a insuficiência e incapacidade. As fugas são tão freqüentes que já passam por acontecimentos ordinários, porém sobremaneira assustadores tanto para aqueles que os têm capturado como para as testemunhas que, por seus depoimentos, lhes tem feito culpa”. Segundo o mesmo relatório, eram poucos os criminosos que eram julgados, caracterizando a Província como a que mais favorece a impunidade dos malfeitores.

A segunda reivindicação, complementar à primeira, era a construção de quartéis, setor em que o quadro não era mais animador: “não é menos atendível a necessidade que há de quartéis . . . que certamente não pode prescindir da estabilidade de uma força armada proporcionada a sua posição bem conhecida. Todos sabem que os soldados que são de dois corpos de artilharia, estão alojados no hospital militar desta cidade (Porto Alegre) e ninguém ignora quanto é impossível o achar casas particulares em que eles sejam acomodados. Os outros pequenos e insalu-

bres edifícios que servem de quartéis a outros Corpos, são antes esplanadas do que habitações próprias para os defensores do Estado”.

Em abril de 1835, quando já era evidente que o conflito armado estava prestes a eclodir, o presidente Fernandes Braga se referiu a mais dois programas arquitetônicos merecedores de apoio financeiro do Estado: hospitais e igrejas. Hospitais havia somente dois em toda a Província: o de Porto Alegre, em funcionamento desde 1826 “sem ter outros rendimentos mais do que o das esmolas e o benefício de 10 pequenas loterias” e o segundo estava em Rio Grande, instalado num sobrado e comprado com subscrições populares. Sua situação era tão precária que, sem uma ajuda de 500 mil réis, haveria de fechar em breve. Pelotas havia constituído, em 1830, uma Caixa de Caridade cujos recursos haviam permitido a aquisição de um terreno para a construção de um terceiro hospital.

Diante da precariedade do poder, uma das formas através das quais se conseguia dar alguma consistência à sociedade era a Igreja, indissociavelmente ligada ao Estado, cujas funções transcendiam em muito a simples manutenção da vida religiosa. Sua existência era imprescindível na manutenção da ordem estatal como instrumento de coerção ideológica, que acumulava boa parte do poder judiciário. Como um departamento da máquina administrativa do Estado, competia a este a construção e manutenção dos templos e não foi por outra razão que às vésperas do conflito armado, apelou-se à liberação de verbas para três igrejas: a de Rio Grande por só poder abrigar 1/20 da população, a matriz de S. Antônio da Patrulha por estar “sobremaneira danificada e arruinada” e a matriz de Pelotas, por não estar concluída. Outros templos não beneficiados “ou estão incompletos e carecem, por isso, de serem acabados, ou estão danificados de modo a necessitarem de grandes reparos e concertos” (relatório do presidente Antonio Rodrigues Fernandes Braga).

Hoje valorizamos sobremodo o cometimento formal das construções “coloniais”. Mas este não era o ponto de vista dos governantes de então. Para um Estado em fase de afirmação, exigiam-se edificações mais elaboradas, ou, conforme dizia o relatório de 1832: “Forma um perfeito contraste com a idéia de Vila, a nudez de edifícios públicos que em todas se observa: pondo em tudo de parte por um momento a idéia de belo, não é possível espaçar por mais tempo deixar de sentir com toda a força a falta de casas adequadas e construídas com a indispensável propriedade para o ensino público . . . não menos que as casas de correção e as cadeias” (relatório do presidente Manuel Antonio Galvão).

A revolução já estava em preparo e durante dez anos paralisaria qualquer iniciativa na construção. A realização destes planos teriam de esperar pelos tempos de paz e de reconstrução.

## 2. Uma década de paralisação das obras públicas

Se no plano da construção, o decênio da Revolução Farroupilha significou uma paralisação das obras públicas e a destruição de boa parte do patrimônio existente, é importante fazermos algumas reflexões a seu respeito para entendermos o comportamento da estrutura social que emergiu do conflito.

Tendo por pano de fundo o esboroamento do poder central proveniente da abdicação do Imperador em 1831 e das agitações políticas que caracterizaram o período regencial, o jovem país se viu às voltas com sucessivas revoluções das quais a do extremo-sul foi a mais longa. A origem desta provém de contradições de interesses econômicos quanto à comercialização do charque. Este alimento se constituía no item mais importante das exportações da província para o centro-sul e era usado na dieta dos escravos. A elite, que dominava o governo central, tinha o máximo interesse em manter seu preço o mais baixo possível a fim de poder produzir com o menor investimento. Os produtores rio-grandenses, por sua vez, enfrentavam forte concorrência dos saladeiros platinos que empregavam mão-de-obra livre de maior produtividade e de menores custos frente ao regime escravocrata da província. O Prata, no entanto, tinha um regime político muito instável, sacudido por constantes confrontações armadas, fazendo com que o fornecimento do produto não tivesse continuidade. Em consequência, os preços variavam constantemente.

Os charqueadores gaúchos, sem uma visão econômica mais profunda do fenômeno, punham a culpa da variação do preço, de forma impulsiva, no governo central, fazendo surgir um descontentamento geral que levou à confrontação armada. A revolução foi, portanto, uma confrontação dos charqueadores apoiados pelos estancieiros, seus fornecedores de matéria-prima, contra os fazendeiros do vale do Paraíba que sustentava a corte do Rio de Janeiro (Cardoso, 1977).

As vitórias iniciais da parte dos Farroupilhas levou à proclamação da separação da província do país e à instauração do regime republicano. Com o desenrolar das ações, o fiel da balança passou a pender para o lado do governo central. Quando já se podia prever a total derrota dos insurretos, houve séria ameaça de invasão argentina em território rio-grandense. Por isto o governo central teve o máximo interesse em

“pacificar” a província o mais rápido possível e isto foi conseguido através do suborno dos líderes revolucionários, que recebeu a diplomática adjetivação de “pagamento de indenização” aos insurretos na mais legítima expressão de um “arreglo” entre duas elites regionais intermediada pelo governo central.

Tudo isto significou que esta revolução em nada mudou a estrutura básica da sociedade gaúcha. Todavia, a derrota real nos campos de batalha freou as aspirações básicas dos interesses econômicos provinciais. A submissão ao governo central teria por consequência um ressentimento contra os vencedores que se prolongaria, com altos e baixos, até que esta mesma elite assumiria as rédeas políticas do governo central, com o movimento de 1930.

Em outro plano, porém, a revolução fizera com que o governo central dispensasse maiores atenções à província, organizando sua administração e promovendo o seu desenvolvimento como contingência prévia para evitar novos levantes armados.

Percebe-se também que, quando a revolução foi premeida em direção à fronteira, uma nova classe social começou a adquirir uma tímida presença, a dos comerciantes que, por trás das linhas de batalha, passaram a intermediar a troca dos produtos agrícolas da região colonial por produtos manufaturados importados.

### 3. O quadriênio pós-revolucionário

Passada a tempestade revolucionária, competia ao governo restaurar a sua autoridade e reconstruir o que fora devastado. Os aquinhoados com os dinheiros públicos foram aqueles que haviam tomado o partido do governo central que eram, especificamente, os moradores de Rio Grande e da “Mui Leal e Valorosa” Porto Alegre. Nos gastos públicos deste período percebe-se uma nítida determinação política de investir no melhoramento do aparato urbano e no balisamento da Lagoa dos Patos que era a via de comunicação natural entre as duas cidades leais. Pela primeira vez foram tomadas iniciativas em planejar obras arquitetônicas de vulto. As principais foram: O Liceu Dom Afonso (a primeira escola secundária da província), o teatro São Pedro e a Assembléia Legislativa – todas em Porto Alegre – e a cadeia de Rio Grande. Como se percebe, trata-se de obras nitidamente urbanas.

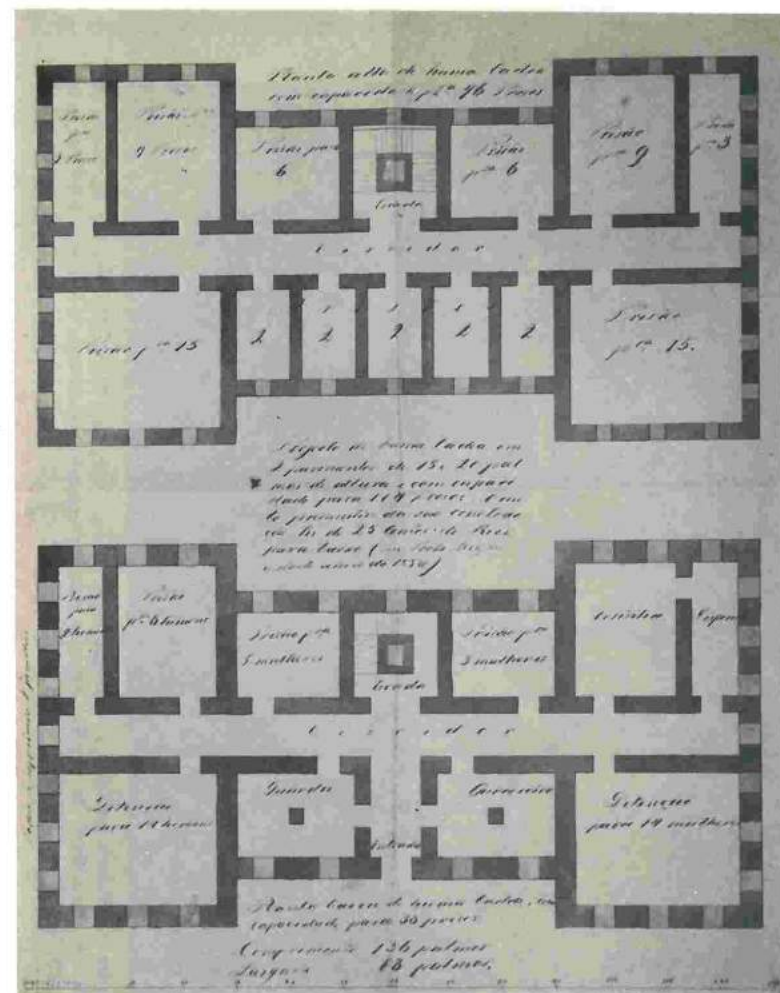


Fig. 1 – “Projeto de uma cadeia em 2 pavimentos de 18 a 20 palmos de altura e com capacidade para 114 presos. O custo presumível de sua construção é de 25 contos de réis para baixo (em Porto Alegre e neste ano de 1850)”, de autoria do arq. Friedrich Heydtmann. Documento do Arquivo Histórico do RGS.

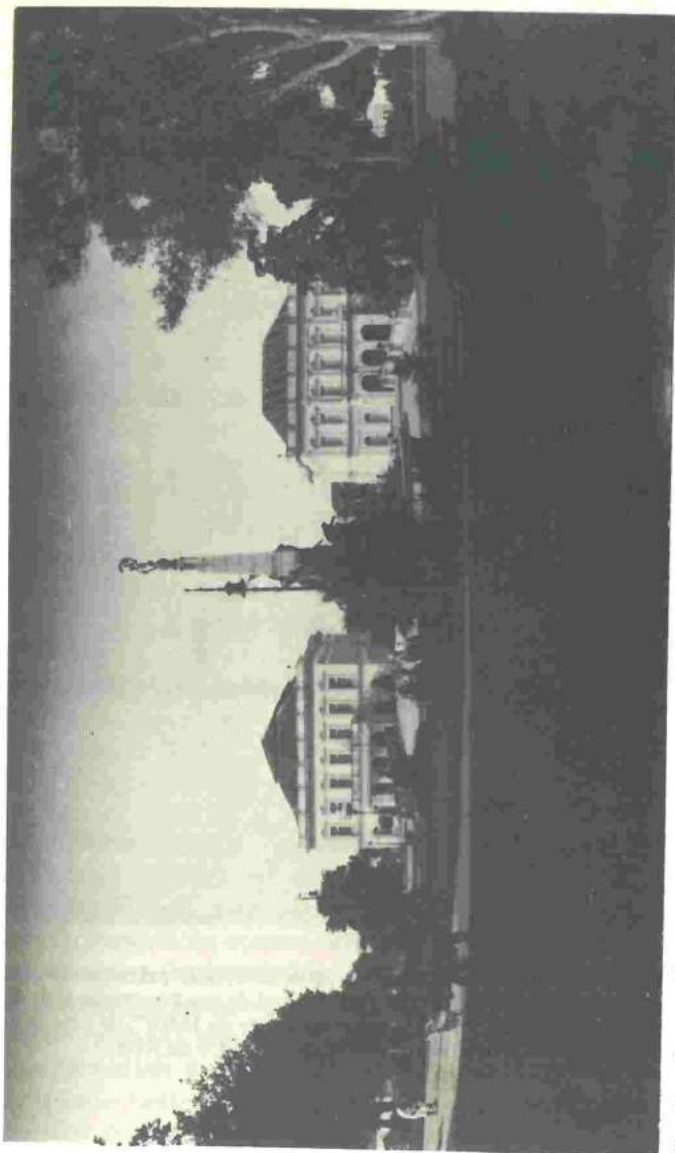


Fig. 2 - O teatro São Pedro e o Palácio da Justiça - dois projetos do arq. Georg Karl Phillip Theodor von Normann, da década de 1850. A unidade da arquitetura do império rompida pelo monumento republicano a Júlio de Castilhos. Foto de O. Dutra, anterior a 1920. Gentileza do GEDAB - FA - UFRGS.

#### 4. A evolução econômica após 1850

1850 é um ano muito importante para a nação. Pacificado o país, os ingleses, no intuito de fortalecer um mercado consumidor, conseguiram forçar o governo central a abolir a importação de escravos (negociações que já estavam na pauta desde 1831). Com a lei Eusébio de Queirós, grandes capitais deixaram de fluir para as mãos de mercadores negreiros (portugueses em sua maioria) e o dinheiro retido permitiu a realização de obras infra-estruturais de tal envergadura que o país conheceu o seu período de maior desenvolvimento em toda a fase do império (Holanda, 1976).

A cessação da importação de escravos fez com que os mesmos deixassem de ser um bem de consumo rápido (durante o período colonial a média de vida do escravo foi avaliada como sendo de 7 a 15 anos) para ser encarado como um bem "durável", com considerável prolongamento de sua vida produtiva.

Este estancamento teve conseqüências diversas para os cafeicultores fluminenses e os pecuaristas rio-grandenses: havendo concorrência de mercado, em que os charqueadores tinham de competir com os saladeiros platinos, foram jogados dentro de uma economia capitalista que lhes era desfavorável, ao passo que o café era monopólio brasileiro no mercado internacional. Nestas condições, o Brasil podia, virtualmente, impor os preços que mais lhe convinham e isto em benefício dos cafeicultores. O afluxo de capitais para o Rio de Janeiro e São Paulo permitiu a readaptação às novas condições, transformando a economia escravocrata para outra baseada no regime de parceria. Com o estancamento do tráfego, os escravos passaram a ser adquiridos no Rio Grande do Sul que, devido à alta do preço e à debilidade de sua economia, se viu forçado a vender a já escassa mão-de-obra.

Outra conseqüência foi que a demanda do charque acompanharia a evolução da substituição da mão-de-obra. As exportações do charque cresceram até a década de 1870 quando surgiram as primeiras leis restritivas quanto à exploração da escravidão e, a partir de então, involuem, chegando a seu ponto mais baixo em 1887, na véspera da abolição (Silva, 1979, 88-9).

Enquanto a economia cafeeira dava saltos espetaculares passando de 8.801 arrobas produzidas em 1836 para 335.550 arrobas em 1854 (Holanda, 1972, 463), o crescimento das exportações gaúchas teve um pálido incremento passando de 1.600 contos de réis em 1822 para 7.900 contos em 1845 e 10.000 contos em 1854 (Silva, 1976, 73).

O desenvolvimento do Estado deveu-se, primordialmente, à exploração da pecuária. Isto fica demonstrado no seguinte quadro, em que foram reunidos os principais produtos de exportação:

MÉDIAS ANUAIS DE EXPORTAÇÃO

	Produtos pecuários		
	charque	couro e outros	lã
década 1860	5.122,74	?	348,89
década 1870	6.002,71	?	280,95
década 1880	5.229,29	6.713,51	271,94
total	12.214,71		
%	≈ 85%		

	produtos agrícolas						
	feijão	farinha	fumo	erva	milho	madeira	batata
	mandio.			mate			
década 1860	367,09	164,51	75,71	686,12	116,47	41,67	?
década 1870	533,64	463,73	305,54	490,55	130,85	40,86	4,95
década 1880	907,26	679,82	347,81	161,32	22,03	19,37	5,33
total	2.142,95						
%	≈ 15%						

unidade: contos de réis

Fonte: Silva, 1979

Estes dados não comportam todas as exportações da província. Mesmo incompleto, ele nos permite concluir que a absoluta maioria das rendas externas provinham da pecuária. Os dados levantados indicam que 85% das rendas provinham da pecuária e somente 15% da agricultura. Portanto, não nos deve causar surpresa que o coronelato pecuarista ditava as regras da organização política provincial.

### 5. O poder político após 1850

Não é possível deduzir o poder político diretamente da estrutura econômica posto que não há uma relação de causa e efeito entre as duas dimensões. Se este fosse o caso, o coronelato provincial deveria ser o dono absoluto do poder. Este, no entanto, não era o caso. Pela consti-

tuição outorgada, o poder político concentrava-se no monarca por estar à testa do poder executivo e, para o caso de haver alguma contradição com o poder legislativo ou judiciário, do poder moderador. Isto significava, na realidade, um absolutismo disfarçado. Através da constituição os presidentes provinciais eram nomeados pelo imperador que podia demiti-los ou removê-los a seu bel-prazer. Na política, os presidentes eram a extensão do poder imperial. Inicialmente, as resoluções dos Conselhos Provinciais deviam receber a homologação da Assembléia Geral e se ela não estivesse reunida, pelo monarca. Conseqüentemente, o poder provincial era muito limitado.

Esta prática altamente centralizante acabou por se tornar mais liberal através do Ato Institucional (!) de 1834 que substituiu os Conselhos Provinciais pelas Assembléias Legislativas com amplos poderes. No entanto, o poder executivo continuou nas mãos do monarca através de seus prepostos, os presidentes. Com isto, havia um certo equilíbrio entre o poder central e provincial. Um equilíbrio instável, sem dúvida. Por vezes, o governo central impunha a sua determinação contra os interesses regionais como no caso da política imigrantista, executada à revelia e contra os interesses dos pecuaristas que não mostravam o mínimo interesse em se confrontar com um modelo alternativo de desenvolvimento. Noutras vezes, o governo central deixava amplos poderes para o poder regional como, por exemplo, na decisão da destinação dos recursos aplicados nas obras públicas.

Antes de analisar estas últimas, convém passar em revista, rapidamente, a estrutura do poder regional. Aqui a classe dominante detinha o poder de forma tão incontestável que podia se dar do luxo de brigar abertamente, dentro dela, pelos quinhões de mando sem que corresse o menor perigo de contestação de outro segmento social. Teoricamente, estava dividido entre conservadores e liberais ou, na linguagem da época, entre saquaremas e luzias. É necessária considerável dose de despreendimento por parte dos historiadores para conseguir distinguir, para além dos discursos inflamados e do palavrorio bombástico, as diferenças entre as duas correntes. Enquanto os conservadores eram partidários da centralização do poder por julgarem que o imperador devia reinar, governar e administrar, os liberais mostravam-se inclinados para a descentralização. Concordavam que o imperador devia reinar desde que não governasse. Os conservadores apoiavam o preceito constitucional da escolha do presidente pelo poder central ao passo que os liberais julgavam que ele deveria ser escolhido pela Assembléia Provincial (e não pelo voto popular). Enquanto os conservadores eram ardorosos defensores da "ordem", os liberais se empenhavam na defesa das "liberdades públicas", o que significava a mesma ordem desde que liberal. Ambos eram



monarquistas mas os liberais queriam que a monarquia recebesse modificações "liberais" (Piccolo, 1979).

Quando entrou em debate a questão religiosa, os conservadores se mostraram ardorosos católicos e a favor da Igreja desde que ela não se intrometesse na vida política. Os liberais, por sua vez, eram ardorosos católicos mas, como estavam empenhados numa ampliação de sua base, manifestaram tendências à liberdade religiosa (a fim de conquistar os acatólicos) e à separação entre Igreja e Estado (Piccolo, 1974).

Esta dualidade de concepções manifesta-se de forma bem explícita numa das questões mais relevantes como a base produtiva da sociedade — a questão da escravidão. Os liberais, por princípio, eram contra porque ela estava em conflito com a "liberdade política" mas não eram a favor da abolição porque esta atentava contra a liberdade de possuir escravos. Neste sentido, a questão era melindrosa e, por via das dúvidas, preferia-se manter o statu quo. Para os conservadores, a questão era igualmente melindrosa. Nenhum saquarema era a favor da escravidão mas como suspeitavam de qualquer reforma social, não endossavam a abolição e, por via das dúvidas, preferiam deixar as coisas como estavam. Por estas circunstâncias, foram os conservadores que, apesar de sua fama de maiores tradicionalistas, acabaram por editar as principais leis restritivas quando, premida pela evolução da infra-estrutura, a escravidão estava caindo de podre. O certo é que deste consenso entre liberais e conservadores acabássemos por ostentar o nada honroso título de termos sido o último país independente do mundo a abolir a escravidão (Maestri, 1919, 54).

Resumindo, chega-se à conclusão que a diferença entre liberais e conservadores era a mesma que entre seis e meia-dúzia.

Por tudo isto, é monótono estudar-se a evolução dos partidos políticos. Assim, não nos deve causar surpresa se, em determinado momento, movidos por interesses pessoais, alguns chefetes liberais se uniram a outros conservadores, para formar a Liga e se os políticos liberais marginalizados se acertaram com os conservadores desalojados, para formar a Contra-Liga. Liberais e conservadores da oposição acabaram não se entendendo e os primeiros formaram o Partido Liberal Progressista enquanto os restantes se reuniram na Liga Progressista. Dentro deste entrevero, vá um historiador definir as diferenças entre os três partidos resultantes!

### 5.1. *As obras públicas*

Para analisar as realizações neste setor, baseâmo-nos em 116 rela-

tórios apresentados pelos presidentes provinciais à Assembléia ou a seus sucessores, no período de 1850 a 1889.

Para fins de ordenamento, dividimos as obras nas seguintes categorias: a) vias de comunicação; b) pontes; c) prédios e d) igrejas. Deixamos de lado as obras militares e "diversas" devido à falta de informações mais precisas sobre as primeiras e as outras, por serem pouco significativas.

Era nossa intenção inicial levantar os montantes exatos das verbas aplicadas em cada item. As fontes, no entanto, se mostraram muito incompletas, o que frustrou nosso objetivo. Acreditamos não incorrer em erro quando afirmamos que mais da metade do orçamento das obras públicas foi aplicado em vias de comunicação. Estas foram divididas em: a) vias terrestres; b) vias fluviais; c) rede urbana e d) estradas de ferro.

No item vias terrestres relacionamos 137 obras das quais 89 estavam na campanha e 48, na zona colonial. Estes dados, no entanto, não nos devem enganar quanto à relação de valores aplicados uma vez que as estradas coloniais eram, em sua maioria, trechos curtos, como picadas e onde as obras maiores eram as estradas de S. Leopoldo a Taquara e de Caí a Nova Petrópolis. Entre as vias da campanha, havia obras muito mais importantes como as estradas de Porto Alegre a Uruguaiana ou de Jaguarão a Tapes.

As vias fluviais tinham, no Império, uma importância fundamental por serem os caminhos naturais para o escoamento da produção. As vias terrestres, via de regra, terminavam em portos fluviais. As 33 obras aí relacionadas referem-se a levantamento, à desobstrução e limpeza de rios, ao balizamento da Lagoa dos Patos e à instalação de faróis. O investimento maior foi feito no porto de Rio Grande, por ser o único porto marítimo da província. Encontramos na documentação gastos na ordem de 1.700 contos de réis mas é provável que tenham sido maiores. A abertura da barra de Rio Grande foi objeto de constantes estudos. Em seus baixios encalharam muitos navios e naufragaram as esperanças de inúmeros engenheiros nacionais e estrangeiros. Sua abertura definitiva ficaria para o período republicano.

Paralelamente, houve algum investimento na rede viária urbana. Das 20 obras citadas, 8 referiam-se a construções de cais (Porto Alegre, Taquari, Jaguarão, Pelotas, Cachoeira, S. Leopoldo, Rio Grande e Montenegro). A cidade que mais se beneficiou foi a capital (pavimentação de ruas e ajardinamento de praças).

É no item das estradas de ferro que podemos perceber melhor a pressão da política sobre as obras públicas. Como a primeira estrada ligou Porto Alegre a Novo Hamburgo, criou-se a fama de que o sistema ferroviário estava ligado a interesses coloniais. Nada mais errado. Até

o fim do período imperial havia-se construído ou estava em construção um tronco que ia de Porto Alegre a Uruguaiana com derivações para Itaqui e Cruz Alta. Este tronco, por sua vez, estava ligado ao tronco que ia de Alegrete a Rio Grande (Roche, 1869, 62-7). Os dois troncos atendiam, estrategicamente, a zona da campanha ao passo que a zona colonial tinha de se contentar com uma pequeníssima fração do sistema.

Das 200 pontes constantes nos relatórios, 13 são urbanas (2 na capital e 11 em cidades do interior) e as 187 restantes eram rurais, das quais 4 se situavam no município de Porto Alegre. Estas pontes faziam parte do sistema de vias terrestres. A maior parte eram pontilhões de madeira. As maiores eram de pedra e, no fim do período, foram construídas várias pontes mistas (estrutura de ferro sobre pilares de pedra). Dentre elas, havia algumas obras respeitáveis como a ponte sobre o Jacuí, inicialmente orçada em 350 contos. Ela se destinava a ligar os dois lados do rio para abastecer as charqueadas estabelecidas nos arredores de Rio Pardo. Era a obra de maior envergadura e, por diversas razões, acabou por não ser concluída. Outras pontes de importância se concentravam ao redor de Rio Pardo e de Pelotas, os dois maiores centros charqueadores. Grandes pontes isoladas cruzavam o Ibirapuitã, o Ibicuí e o Jacuí (mais acima da anterior) na campanha.

No que concerne a prédios, há referências a 82 obras que classificamos da seguinte forma: prisões (28), casas de câmara (16), edifícios governamentais (10), escolas (10), hospitais (7), matadouros (6) e outros (5). Por esta listagem, percebemos que o binômio câmara e cadeia perfazia mais da metade do total (com significativa ênfase nas prisões). O número de 10 escolas não espelha a realidade das preocupações governamentais posto que em apenas um relatório há referência a 6 escolas construídas no interior. Atenção mesmo recebiam as 4 principais escolas de Porto Alegre.

Dos 10 edifícios governamentais, apenas a alfândega de Rio Grande se localizava no interior. Os demais estavam na capital. Destes, a capitania dos portos estava ligada ao sistema de comunicações e a Delegacia de Polícia, ao sistema repressivo. De caráter administrativo figuram o palácio governamental, a assembléia e as secretarias de obras públicas e da fazenda.

Dos 7 hospitais, dois estavam em Porto Alegre (Santa Casa e S. Pedro), dois em Rio Pardo (Bom Jesus e Caridade), em Rio Grande, Pelotas e S. Gabriel.

Os matadouros — um programa diretamente ligado aos interesses pecuaristas — localizavam-se em Porto Alegre, Rio Grande, Cachoeira, S. Leopoldo, Itaqui e S. Borja.

Os 5 prédios classificados como “outros” eram 3 mercados (Porto Alegre, Jaguarão e Bagé), uma estação de banhos sulfurosos (!) em Porto Alegre e um programa totalmente anômalo dentro deste universo: o teatro S. Pedro. Por ser um programa nitidamente burguês e urbano, foi motivo de inúmeros ataques por parte dos interesses dos pecuaristas. A construção foi retomada na administração de Soares d’Andrea. Logo foi transferida para a iniciativa privada. Como a burguesia da capital não conseguiu levantar os fundos suficientes para a sua conclusão, resolveu-se transformar o empreendimento numa sociedade por ações. Não sendo encontrados capitalistas que quisessem investir no negócio, o governo provincial viu-se forçado a encampar a obra, à custa de um enorme desgaste político.

Quanto às igrejas, há referências a 104 obras: 23 matrizes, 7 igrejas em Porto Alegre, 69 no interior, 3 templos acatólicos, o palácio episcopal e as alfaias da matriz da capital. As matrizes se localizavam em Porto Alegre, em S. Leopoldo e as demais, na campanha. Das 69 igrejas do interior, 8 estavam localizadas na colônia e 61 na campanha.

Todos estes dados nos levaram a uma só conclusão: na política de aplicação dos recursos destinados às obras públicas, o grande beneficiado foi o estamento pecuarista.

Vejam por partes. Nas vias terrestres, tendo em vista o confronto de dois projetos alternativos de desenvolvimento — pecuária x agricultura — é evidente que o setor mais carente de investimentos seria a colônia posto que necessitava de estradas para o escoamento de sua produção, já que o gado se transporta a si próprio. O máximo que o último necessitava, eram trilhas comuns e conhecidas que seriam os caminhos mais curtos e propícios, estabelecidos de comum acordo entre os proprietários das terras. Este, aliás, era o sistema encontrado pelos viajantes estrangeiros no início do século passado, na campanha. Nem haveria uma necessidade premente de pontes, posto que o gado poderia atravessar rios relativamente largos a nado.

Já o transporte dos produtos agrícolas necessitava de boas estradas e as passagens pelos rios tinham de ser feitas a seco.

Apesar destas necessidades infra-estruturais, o grosso dos recursos foi investido na campanha. Isto pode ser visto no número e na extensão das estradas terrestres, na localização das vias férreas e nos dados sobre pontes. Bem característica era a maneira como eram conduzidas as obras. Para fins de comparação selecionamos duas das pontes mais importantes, uma na campanha (sobre o Ibirapuitã, em Alegrete) e outra na colônia (sobre o arroio da Feitoria, em S. Leopoldo).

Em 1856 iniciou-se um movimento para a construção de uma ponte de pedra sobre o Ibirapuitã. Em 1873, após vários projetos, foi

inaugurada uma ponte de ferro ao custo de 450 contos dos quais 3,5 contos foram originários de subscrição popular.

Na mesma época os colonos se reuniram para construir a ponte sobre o arroio da Feitoria. Em 1866 a obra foi concluída ao custo de 75 contos dos quais 7,5 eram originários de subscrição popular, 20 do governo central e o restante, do provincial.

Comparando os valores, a primeira custou 6 vezes mais que a segunda. Na primeira, a população contribuiu com menos de 1% e na segunda, com 10%. Na primeira, o governo provincial investiu 99,25% e na segunda, 63,3%.

Quando examinamos a relação dos prédios, salta à vista o caráter repressivo do poder, já que 1/3 das obras eram prisões. A quarta parte dos prédios eram casas de câmara (prefeituras, diríamos hoje) onde tinham assento os coronéis que conduziam o mais poderoso ou o mais influente à direção da administração municipal. De todos os municípios apoiados nestas obras, somente S. Leopoldo se localizava na colônia. As demais se localizavam na campanha.

As duas obras de maior envergadura eram a câmara e a cadeia de Porto Alegre. A primeira foi destruída por incêndio na década de 1950 e a segunda foi demolida por uma campanha pública que, à semelhança da de Rui Barbosa que preconizava a destruição dos documentos sobre escravos a fim de “apagar a mancha negra de nossa história”, aqui propugnava-se pela destruição do prédio que representava uma vergonha para nossas vocações humanitárias.

A questão central que aqui se coloca é esta: como era esta arquitetura? Tem-se dado muita ênfase aos aspectos estilísticos destas construções, procurando-se menosprezá-las, as vezes, por imitar, em suas formas externas, linguagens formais de épocas passadas. Ainda que estas considerações não sejam incorretas, quer nos parecer que, ao fazê-lo, estamos contornando as questões mais importantes. A alegada dissincronia entre o rigoroso tratamento fachadístico e a disposição dos espaços internos nem sempre é correta. Se houve uma desmesurada preocupação com a decoração das superfícies externas, isto é devido mais ao conteúdo programático de um poder autoritário que fazia questão de sua afirmação. A seriedade da composição das fachadas baseada em regras de proporções clássicas expressa, muito antes, as idéias de um poder onipresente e perene — incontestável, portanto — que lançava mão do uso constante de simetria especular, de formas sólidas e maciças, do uso de elementos construtivos consagrados e de massas rígidas e equilibradas. A substituição dos beirais por platibandas ou frontões triangulares contribuiu para enfatizar a perenidade da obra e do poder.

Tudo isto está a mostrar que não se praticava apenas uma simples e mecânica repetição de formas arcaicas mas que os arquitetos punham a sua imaginação a serviço do poder que os contratara.

## 5.2. A arquitetura religiosa

Não é fácil tratar da arquitetura religiosa porque a visão crítica sobre a Igreja ainda é incipiente e o tema pode levantar paixões. Sobre a superficialidade do culto praticado existem muitas evidências como a “conversão” dos escravos que, mediante um sumário rito de batismo, eram transformados em “cristãos”. Este estado de coisas não escapou aos historiadores católicos que, levantando fontes primárias, constataram a precariedade de uma religiosidade interna compensada com um rico ritual profano (Hauck, 1980). Senão, vejamos o que disseram os próprios sacerdotes. Já em plena República, frei Bernardino D’ Spretm escreveu: “. . . (o bispo) é recebido com grandes manifestações de alegria, cavalgadas, fogos de artifício, banquetes, discursos, visitas de autoridades, desfiles de jovens que oferecem flores . . . Nisto se limita muitas vezes a religião . . . É que a parte exterior da religião agrada como uma festa mundana, um baile. Mas a confissão e a comunhão, ah, isto não!” (Boni, 1980, 238-9). Estas considerações fundamentam as razões pelas quais esta religiosidade se expressava mais na ostentação de altares ricamente omados do que na prática dos ensinamentos bíblicos, mais no luxo das alfaias e na pompa do culto do que na prédica, mais nas procissões enfoguetadas do que na caridade, mais nos fogos das festas juninas do que no fogo da fé.

Um segundo aspecto, talvez mais significativo, era a união entre Estado e Igreja. Ainda no Império cabia ao monarca nomear altas autoridades eclesiais e o Estado transferia à Igreja considerável parcela do poder judiciário como o registro dos cidadãos e de sua vida familiar. Não é outra a razão pela qual o Estado era pressionado para que construísse templos. Isto acontecia através de dotações orçamentárias próprias ou, como estas estavam comprometidas com os melhoramentos da infra-estrutura da pecuária, de lucros auferidos no jogo de loterias.

De uma forma ou outra, consideráveis somas foram destinadas à construção de igrejas. O governo provincial comprometia-se com a edificação do altar-mor deixando por conta da paróquia os encargos restantes. Além disto, muitas verbas foram destinadas ao concerto de templos. Para fins de comparação citamos os seguintes dados: a construção da matriz de Bagé foi orçada em cerca de 127 contos de réis (Taborda,

1975, 91). Só em 1870 foram destinados cerca de 100 contos para a construção de igrejas.

Que a política de distribuição destas verbas atendia aos interesses dos pecuaristas fica demonstrado nos seguintes dados: dos 102 templos contemplados, 9 localizavam-se em Porto Alegre, 3 eram acatólicos, 9 estavam na colônia e os restantes 81 na campanha.

Se acompanharmos a evolução do fluxo destes investimentos, vemos que houve um aumento descontínuo mas constante até meados de 1870 quando, subitamente, caíram para valores insignificantes. Isto foi devido à chamada “Questão Religiosa”.

Até então tinha havido uma perfeita harmonia, no Brasil, entre a maçonaria e a Igreja. Pio IX, visando fazer frente às conquistas liberais que progrediam desde 1848 na Europa, e que eram contrários ao poder eclesiástico, tomou uma série de iniciativas visando fortalecer a Igreja. Uma delas foi proibir aos católicos a participar de sociedades secretas e, dentre elas, a maçonaria. O bispo de Olinda tentou implantar esta ordem em Pernambuco, do que resultou uma advertência do Imperador. Recusando-se a submeter-se à ordem imperial, acabou sendo preso em 1872 juntamente com o bispo de Belém que agiu no mesmo sentido e hipotecou solidariedade a seu colega de Olinda. Pouco depois ambos foram indultados. Este acontecimento acabou por sacramentar a separação entre Igreja e Estado que encontraria sua forma oficial na proclamação da República. E seu reflexo nas obras públicas foi que, a partir de então, o governo provincial passou a tratar com descaso a construção e conserto das igrejas.

## 6. A República Velha

A idéia de transformação formal do Império em República sempre foi cara aos rio-grandenses desde a frustrada tentativa da revolução Farroupilha. Após a guerra do Paraguai, a idéia ganhou novo alento e no movimento engajaram-se forças novas, principalmente de ex-estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. A eles se uniram tanto conservadores como liberais marginalizados e “desencantados” com a política do Império. Esta constituição do movimento mostra, por si só, a pouca profundidade quanto a uma efetiva reestruturação do poder. Isto fica mais claro num episódio ocorrido em 1872. Os republicanos — os elementos mais subversivos da época — conclamaram a população, pelos jornais, para comemorar o 7 de abril, o dia da abdicação de Pedro I, com alusões nada sutis quanto ao destino de seu augusto filho. Os festejos consistiriam num passeio pelas ruas da cidade encabeçado por uma

banda, que culminaria num grande baile numa sociedade local. Diante de tanta ousadia, a polícia tratou de intervir efetuando prisões em massa . . . dos músicos presentes. Os promotores do evento tiveram apenas de amargar suas frustrações bailantes (Piccolo, 1976, 85-8).

Quando, em 1889, os republicanos locais foram surpreendidos pelo golpe de Teodoro, criou-se uma intensa luta pelo poder. Se, por um lado, a ordem liberal havia se tornado incompatível com a republicana, o Partido Republicano Rio-grandense, por sua vez, ainda era fraco em sua organização institucional. Seguiram-se uma série de confrontações que se prolongaram para além do novo século. Porém, como na capital do país ocorriam lutas semelhantes, resultou um considerável enfraquecimento do poder central. Mas a diversificação do poder não teve o desenvolvimento de um equilíbrio entre as forças de mando numa tendência democratizante, posto que se institucionalizaram governos provinciais fortes. E isto é especialmente válido para o Rio Grande do Sul.

Debitada a ação do poder central, voltou a tona a antiga rivalidade entre duas facções representantes da mesma classe dominante. Este fato é de consenso dos historiadores modernos. Mas aqui surge um novo fator que põe em xeque esta interpretação. Pesavento (1979, 197) já apontou para a existência de uma dissociação entre a estrutura de poder e de dominação através da qual procurou harmonizar contradições surgidas ao defrontar esta teoria com dados empíricos. A teoria da dissociação entre as duas estruturas nos parece correta mas por outras razões.

Na vida política se defrontavam duas tendências antagônicas quanto à forma do poder. O Partido Republicano Rio-grandense defendia o presidencialismo (à maneira dos conservadores, substituindo o Imperador pelo Presidente) desde que o supremo mandatário tratasse dos problemas nacionais, deixando para os presidentes, os estaduais. A oposição que se coligava em vários partidos que iam surgindo em função de circunstâncias ou conchavos, defendia o parlamentarismo (à semelhança da estrutura ministerial do Império). O PRR se manteve no poder quase ininterruptamente, durante toda a República Velha. Estava apoiado numa rígida e inflexível organização com o poder extremamente centralizado no presidente estadual. A clássica divisão entre poder executivo e legislativo foi abolida. A Assembléia Legislativa foi substituída por uma Assembléia de Representantes cujas atribuições se limitavam a opinar sobre o orçamento. O presidente podia intervir nos municípios quando julgava conveniente e a inconveniência maior era a oposição vencer as eleições. O presidente nomeava seu vice e podia se reeleger indefinidamente. Todos estes poderes eram sustentados por uma força

militar própria e rigidamente controlada (a Brigada Militar). O poder se caracterizava por conduzir a política de forma radical: indulgência para os seguidores submissos e perseguição aos opositores.

A questão irrespondida é esta: em se tratando de facções antagônicas do mesmo estamento, como se explicaria um radicalismo tão marcante?

Uma das características que diferenciava o PRR dos demais partidos era o fato de procurar apoio ideológico numa corrente filosófica então em voga: o positivismo, que procurava legitimar no poder as classes emergentes da revolução industrial. Dentre as várias correntes positivistas, o PRR foi procurar sua inspiração em Auguste Comte que aqui foi deus, e Júlio de Castilhos, seu profeta. As vinculações entre o comtismo e o PRR, no entanto, não foram muito profundas. Um dos mais sérios analistas da questão chegou a afirmar que “a história do positivismo rio-grandense é feita de omissões, compromissos, resistências, erosões e deslocamento de sentido e ênfase” (Boeira, 1980, 36). Na impossibilidade de compatibilizar a ação política com a filosofia, simplesmente omitiam-se ou ignoravam-se idéias inconvenientes. Mesmo que o comtismo tivesse chegado através de frases soltas, clichês, fórmulas grandiloquentes e conceitos mal digeridos, a verdade é que cumpriu o seu papel no sentido da modernização do estado. Pouco importa que os resultados fossem estereotipados como a criação do mito do gaúcho que de bandido passou a herói, que as pesquisas históricas tivessem objetivos éticos em vez de científicos, que o romance local tenha transformado a rudeza e o atraso das elites campeiras em heroísmo e honra dignas de desfilar nos tapetes dos salões palacianos. Se a criação do mito foi a forma de expressão, também é verdade que ele se afirmou com a expressão de uma forma. E disto os políticos do PRR se beneficiaram amplamente na medida em que divulgou o mito de que o RGS era o estado mais politizado do país, o que na forma direta, queria dizer que tinha os políticos mais competentes. Efetivamente, apesar de seu atraso cultural, o RGS forneceu mais ministros que qualquer outra unidade da federação neste período (Levine, 1975, 118 e Love, 1975, 130).

Se houve resultados positivos nesta fundamentação ideológica, há um problema que ainda não recebeu a devida atenção por parte dos estudiosos. Se a classe dominante era de origem e de interesses ligados ao setor primário, como se justificaria que ela se apoiava numa ideologia que visava legitimar o poder da classe empresarial? Mesmo que tenha transgido e tirado proveito da ideologia positivista, não está claro porque o estamento pecuarista tenha optado por um sistema filosófico contrário e oposto a seus interesses.

No plano econômico verifica-se uma contradição semelhante. Se o estamento pecuarista (ou parte dele) detinha o poder político, como explicar que o RGS passou a ser conhecido como o “celeiro do país”? Pesavento vê nesta inversão de perspectiva uma penetração do capitalismo no campo já que a indústria do charque estava em declínio — ainda que permanecesse como o principal produto de exportação — o que teria forçado os pecuaristas a transformar suas pastagens em plantações de arroz (Pesavento, 1980a). Efetivamente, a abolição da escravidão foi um duplo golpe na indústria charqueadista já que, por um lado, tirou-lhe a mão-de-obra e, por outro, diminuiu a demanda de sua produção. Se o estamento pecuarista detinha o poder, a solução “lógica” seria transformar a crise da pecuária em proveito próprio, através da industrialização da carne que já dera ótimos resultados no Prata. No entanto, foi frustrada a instalação de frigoríficos nacionais apesar do apoio governamental, o que vingou foi a instalação de frigoríficos estrangeiros e com isto os pecuaristas só teriam a perder. Antes estavam nas mãos dos charqueadores mas mantinham o seu poder de barganha na Assembléia em Porto Alegre. Estando em mãos das companhias estrangeiras, sua sorte passou a ser decidida em Chicago, onde não tinham representação.

Mais que isto: a partir da República o RGS passou a ser conhecido como o “celeiro do país”, isto é, um estado basicamente agrícola, que era a antítese do desenvolvimento pecuário e contra o qual o estamento havia lutado durante o Império. A partir de então passou a ser valorizada a pequena propriedade de origem imigrantista. Neste contexto é curioso que, ao fim do Império, a colônia havia conseguido alguma representatividade no governo já que conseguira eleger alguns deputados. Com a instauração da República, perdeu esta representação e, apesar disto, granjeou atenções que não tivera antes.

### 6.1. *Obras públicas*

Esta problemática fica ainda mais explícita se analisarmos os investimentos nas obras públicas. Comparando-se este período com o do Império, verifica-se que não houve inovações na política de aplicações. Como antes, o grosso dos recursos foi carregado para as vias de comunicação. Para exemplificar, reproduzimos adiante os valores globais aplicados em três anos.

Como se percebe, a maior parte dos recursos ficou com os itens “pontes” e “estradas” nos quais devemos incluir os “não especificados”. Menos de 10% foi aplicado em prédios.

	1897	1898	1899
prédios	60	70	70
pontes	124,4	200	356
estradas	155,5	175	150
drenagem	100	200	250
não especificados	200	250	100
eventuais	30	-	-
<b>Total</b>	<b>669,9</b>	<b>895</b>	<b>926</b>

unidade: contos de réis

Fonte: Relatório das Obras Públicas

Se não houve modificação quanto à política de aplicação dos recursos, houve profunda revisão de ênfase. A partir da República, os recursos passaram a ser aplicados, em sua absoluta maioria, na colônia. Senão, vejamos por partes:

As maiores obras de natureza hidroviária foram a desobstrução da barra de Rio Grande e a construção do novo cais de Porto Alegre. A primeira era de interesse geral do Estado e, por isto, atendia a todos os setores ligados ao comércio externo. A construção de um cais para navios de alto calado em Porto Alegre está ligada a interesses da colônia já que esta cidade foi o escoamento "natural" de sua produção (Singer, 1977).

A preocupação com o escoamento dos produtos coloniais fica mais explícita quando se verifica a localização das estradas e pontes. Ao contrário do Império, na República Velha elas se localizaram quase que exclusivamente na zona colonial — inicialmente na colônia alemã e depois, na colônia italiana. Os investimentos na zona da campanha praticamente se restringem à conservação e reconstrução de obras destruídas nas revoluções. As obras mais significativas cortam a zona colonial em todas as direções. E não houve apenas um investimento quantitativo, mas principalmente qualitativo como o alargamento das estradas e sua macadamização e as pontes passaram a ser de ferro e de concreto armado.

Com as estradas de ferro aconteceu algo semelhante. As linhas foram levadas a Santa Cruz, Taquara, Caxias e Bento Gonçalves, vencendo a difícil subida da serra. No planalto, foram estendidas a Ijuí e Santo Ângelo, passando pelo meio das colônias novas. Mais importante, porém, foi a melhoria qualitativa. Operadas por companhias estrangeiras e funcionando a altos custos, toda a rede foi encampada a partir de 1920 (Pesavento, 1979, 214). Imediatamente foram feitos alguns in-

vestimentos em sua melhoria. As 50 locomotivas de antes da encampação, deram lugar a 245, dois anos mais tarde. Entre 1920 e 21 foram consertados ou construídos 1525 vagões que somados aos existentes e aos adquiridos se elevaram a 2131. Com a diminuição das tarifas, a demanda subiu verticalmente (Blancato, 1922, 10-2).

Estes dados estão a nos indicar que a luta pelo poder não pode ser interpretada como uma contenda entre facções de um mesmo estamento dominante. Quer nos parecer mais lógico que o poder político representava interesses contrários aos do estamento pecuário e que a intensa luta política da oposição caracteriza a tentativa dos pecuaristas de reconquistar o poder. Já que a colônia foi a grande beneficiada com os investimentos, poderia-se deduzir que o poder político era seu legítimo representante. Porém, não há evidências que comprovem este fato. A solução deste impasse é uma terceira alternativa: o poder político representava uma terceira força que tinha os seus interesses na colônia.

Já foi comprovado por vários autores que a capitalização no Estado foi promovida pelos comerciantes que negociavam com a colônia. Sabendo que havia uma rede de interesses dos comerciantes atacadistas da capital para com os vendistas coloniais e destes para os colonos, fica evidenciado que a maior beneficiada com a expansão da infra-estrutura na colônia, acabaria sendo a burguesia (aqui entendida como os comerciantes) da capital da qual estavam emergindo os empresários.

Esta hipótese traz alguns problemas. Se o poder político era representante da burguesia e do empresariado, seria de esperar que este estivesse em suas mãos. Isto não pode ser comprovado ainda que a ascensão de alguns empresários como Alberto Bins e Manoel Py seja indicadora desta transformação. Estes são indícios muito tênues para comprovar a hipótese. Além do mais, a burguesia e o empresariado se constituíam em classes ainda demasiado fracas para tomar as rédeas do poder. Por estas razões somos levados a admitir que a dissociação entre estrutura de poder e de dominação foi um fato real em que os detentores do poder eram os comerciantes e empresários em afirmação, e do domínio, os políticos que ascendiam do estamento pecuarista. Esta estranha conjuntura de divisão do poder encontra sua justificativa no fato de que o capitalismo já havia demonstrado sua enorme capacidade de afirmação nos países centrais: os republicanos, ao receber o poder através do golpe de 1889, acabaram por assumir a tarefa de implantar um estado moderno, isto é, capitalista sem que pudessem contar, para a realização deste projeto, com sua classe de origem.

Nesta perspectiva justifica-se o extremado fechamento político por que qualquer abertura colocaria em perigo o projeto. Justifica-se também a adoção da ideologia positivista pelo PRR cujo fundamento,

como foi visto, era a legitimação do empresariado no poder. Suas omissões e compromissos para com o comitismo devem ser vistos como concessões necessárias para viabilizar o projeto político.

Acreditamos que esta interpretação nos oferece o instrumental necessário para o entendimento da arquitetura. Fernando Corona (1956) caracterizou este período como a “época do dr. Ahrons” para enfatizar a produção daquele escritório. Este qualificativo não nos parece conveniente por duas razões. A primeira, porque a produção do escritório Ahrons<sup>1</sup> se encerra com a I Guerra Mundial e a fase arquitetônica se prolonga para além da revolução de 30. A segunda, porque Corona não se apercebeu de que houve uma dicotomia na produção arquitetônica da época, uma representada pelos arquitetos das obras públicas e outra, pelos profissionais liberais. Os primeiros tentaram interpretar a ideologia dos políticos e os outros, as aspirações das classes em ascensão. Enquanto os últimos projetavam sedes bancárias, casas comerciais, depósitos e fábricas bem como palacetes e “vilas” que se expandiam pelo espigão do “aristocrático bairro da Independência”, os primeiros se ocupavam com as obras governamentais.

Eram duas arquiteturas diferentes. A civil – chamêmo-la assim – era mais dinâmica, com volumes mais recortados e onde o jogo do claro-escuro admitia muitas cinzas intermediárias. Decorada com obras de escultura, rica e variada, sua forma era mais aberta e onde as cúpulas de cobre eram elementos indispensáveis para imprimir maior dinâmica da forma.

A arquitetura oficial, ao contrário, era mais rígida e geométrica. As platibandas horizontais escondiam os telhados. O tratamento das fachadas era mais contido e subordinado a regras clássicas onde Vignola era a fonte de inspiração. Tendia mais ao monumental enquanto a outra, ao cotidiano.

A origem da linguagem arquitetônica era diferente. Enquanto a civil estava geneticamente ligada a formas alemãs e seus artífices eram alemães natos ou de origem (Wiederspahn, Baade, Gundlach, Menchen, Stern, Weise, Menning, Wirth, Pufal, Bartel, Sieg, etc.), a arquitetura oficial estava ligada ao repertório francês e seus criadores, arquitetos plenamente integrados à vida nacional (Theophilo de Barros, Affonso Hebert<sup>2</sup>, Itaquí, Maciel, Carvalho, etc.) ou franceses como Hypolite Fabre e Christiano de la Paix Gelbert.

<sup>1</sup> Ahrons era engenheiro e não projetava.

<sup>2</sup> Seu nome parece alemão e por vezes é citado como tal mas era descendente em terceira geração do francês Joseph François Hebert e tinha relações familiares com alguns líderes positivistas.



Fig. 3 – Cervejaria Brahma (detalhe) – projeto de autoria do arq. Theodor Alexander Josef Wiederspahn, de 1913, e construído pelo eng. Rudolph Ahrons. Um belo exemplar da arquitetura burguesa do início do século. Foto Leopoldo Plentz.

Enquanto os primeiros produziam edificações como a Cervejaria Brahma, o Moinho Chaves, o Edifício Ely, o Correios e Telégrafos, a Delegacia Fiscal, a Alfândega, etc., os positivistas realizaram a Biblioteca Pública, o Templo Positivista, A Federação, a Prefeitura de Porto Alegre, o Colégio Pio XII e, naturalmente, como obra máxima, o Palácio Piratini.

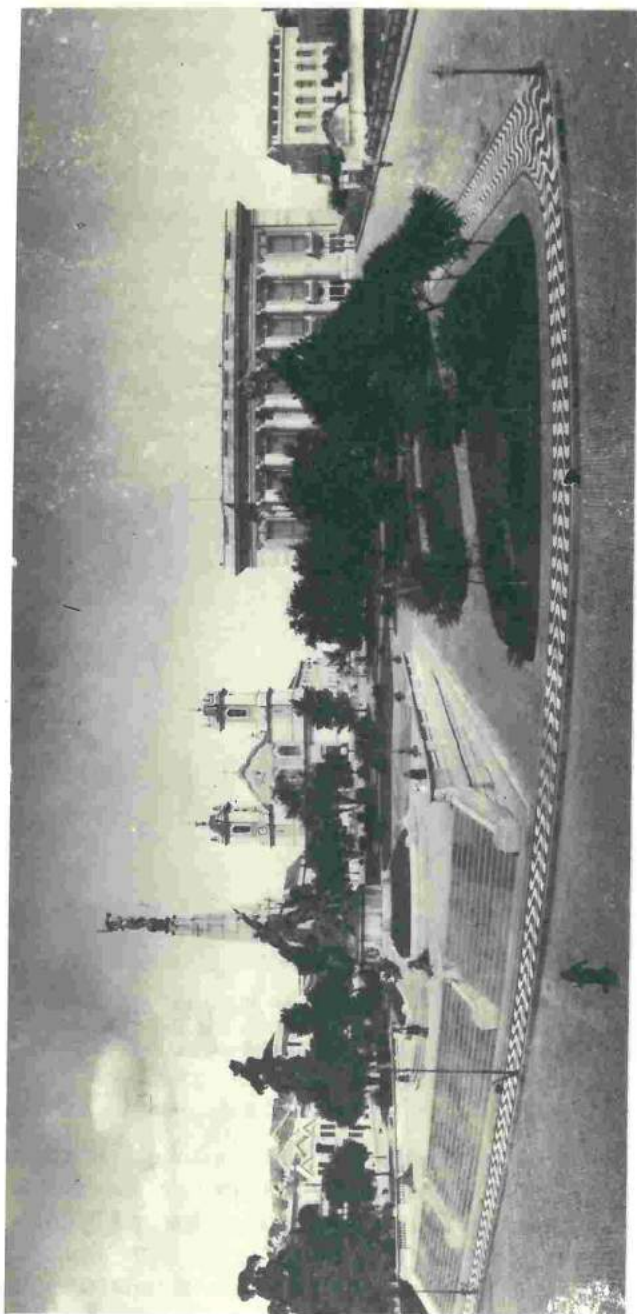


Fig. 4 - O Palácio Piratini de autoria do Arq. Maurice Gras. Foto O. Dutra, anterior a 1920. Gentileza GEDAB - FA - UFRGS.



Fig. 5 - A Biblioteca Pública. Projeto de autoria do Arq. Affonso Hebert, de 1912. Um belo exemplar da arquitetura oficial do período da ditadura de Borges de Medeiros. Foto Leopoldo Plentz.

A história deste último ilustra bem a mentalidade da elite governamental de então. Após vários projetos para a sua construção, do período imperial, decidiu-se demolir o velho palácio de taipa e construir um prédio novo. Hebert desenhou o projeto e iniciou-se a obra. Quando as paredes do primeiro piso já estavam concluídas, decidiu-se fazer novo projeto. Mandou-se uma comissão para Paris para realizar um concurso na Meca do positivismo. Classificados os projetos e pagos os prêmios, decidiu-se contratar outro arquiteto, Maurice Gras, por influência pessoal do cônsul francês junto ao presidente Carlos Barbosa Gonçalves. Gras, obviamente de Paris, recebeu 10% do custo estimado da obra.<sup>3</sup> Sua primeira providência foi mandar demolir as paredes já levantadas e, como o granito tupiniquim não tinha a devida finesse, só pôde ser aproveitado nas fundações. As pedras para a construção eram calcários lavradas na França e aqui somente montadas sob a supervisão de *monsier* Émile Trampley e sob a fiscalização do *ingénieur* Hypolite Fabre. Técnicos, mármore, relevos, esculturas, tudo vinha diretamente da França e isto ilustra bem a subserviência dos políticos à ideologia comtista. Quando Borges de Medeiros reassumiu o poder, incontinentemente, demitiu os franceses. Acabou com os franceses mas não com sua ideologia: con-

<sup>3</sup> Este deve ter sido um dos projetos mais bem pagos da arquitetura brasileira.



tratou estucadores nacionais para concluir o monumento máximo ao autoritarismo sul-rio-grandense.

## 7. A República Nova

Durante o primeiro período republicano, havia-se estabelecido um sistema político com grande autonomia dos estados e o governo central era administrado, alternativamente, por São Paulo e Minas Gerais. Era a política café-com-leite, numa alusão ao café paulista e ao leite mineiro, se bem que os políticos mineiros estivessem ligados à cultura do café. Com o avanço progressivo da cultura do café em direção ao oeste paulista deixando atrás de si terras imprestáveis para o seu cultivo, ele acabou por ser cultivado apenas em São Paulo. Como toda a economia brasileira estava dirigida para a produção do café, o progresso paulista foi bem mais significativo que o mineiro e havia propiciado uma considerável acumulação de capitais que alimentaram a industrialização daquele estado. Coerentes com sua evolução econômica, os paulistas julgavam-se suficientemente fortes para manter em suas mãos a presidência após Washington Luiz, natural daquele estado. Este ato levou a um impasse político já que os mineiros não estavam dispostos a abrir mão de seus “direitos”.

Este impasse aconteceu numa conjuntura propícia a transformações estruturais. O poder das elites agrárias do centro-sul estava desgastado e a nação estava a exigir uma política nacional favorável ao empresariado. A classe mais habilitada a assumir o poder era o empresariado paulista que tinha vínculos genéticos com a estrutura agrária. Por isto hesitou em assumir o poder.

Um segundo fato veio a precipitar os acontecimentos. Uma crise econômica mundial de proporções nunca vistas deixou paralisadas as classes dominantes paulistas dependentes, direta ou indiretamente, do mercado internacional.

Os políticos gaúchos — a terceira força na conjuntura — aperceberam-se da situação e ousaram dar o golpe final na política café-com-leite. Estavam preparados para isto. Com amplo trânsito no governo central, estavam familiarizados com a intimidade do Palácio do Catete. Vargas, ao assumir o governo gaúcho, promovera a “pacificação” das oposições pecuaristas, atendendo a suas reivindicações de empréstimos fáceis e largos prazos. Através de um linguajar demagógico conseguira granjear as simpatias de camadas populares. Quando se desencadeou a crise e o impasse, o RGS era um estado coeso.

Com alguma coragem e muita ousadia, estes políticos declararam sua rebeldia e tomaram conta do governo central, praticamente, sem resistência. Esta foi a glória do modelo político gaúcho e, ao mesmo tempo, seu maior fracasso. Institucionalizando o autoritarismo no governo central, o regional acabaria por colidir com aquele e, nestas condições, acabaria por vencer o mais forte.

Festejado como líder do projeto de democratização — entendido aqui como reformador do poder de elites historicamente ultrapassadas — Vargas temia enfrentar estas forças num confronto eleitoral. Sob a desculpa de que o país não se estava redemocratizando, os paulistas conchavados com a oposição gaúcha, que estava percebendo que perderia o poder regional, procuraram desalojar os donos do poder recém instalado. Fortalecendo o exército nacional à maneira da Brigada Militar gaúcha da República Velha, Vargas saiu vitorioso e aproveitou o triunfo para se legitimar no poder, depor as oposições paulistas e gaúchas e impor seu projeto autoritário de modernização do país. Para tanto teve de fazer concessões ao poder econômico de S. Paulo. Em troca do poder de mando, concedeu-lhe um mercado nacional que, a longo prazo, acabaria por criar uma evolução distorcida com quase 2/3 da capacidade industrial do país concentrado naquele estado.

No Rio Grande do Sul, o interventor Flores da Cunha conchavou com os líderes da Frente Única que haviam levado Vargas ao poder e que se posicionavam, ao lado dos paulistas, contra o governo central. Num golpe de astúcia ou de sorte, quando se desencadearam as ações, declarou sua fidelidade ao governo central. Ao fim do movimento, toda a liderança política foi ao exílio. À semelhança de Vargas, o interventor aproveitou o “vácuo” político para se legitimar no poder. Sua vitória eleitoral foi de tal ordem que se julgou suficientemente poderoso para se impor como um líder regional forte. Vargas, porém, lhe tirou a base de sustentação ao transferir para o exército nacional o equipamento da Brigada Militar.

Quando Vargas institucionalizou a sua hegemonia absoluta com o golpe do Estado Novo, Flores da Cunha foi substituído por interventores militares absolutamente fiéis e submissos ao poder central. Este estado de coisas permaneceu até 1945.

Se a política regional evoluiu da glória para o desastre, a economia gaúcha não teve muito melhor sorte. Ela entrou no período com a pecuária em crise crescente (Pesavento, 80b) com considerável parcela da produção de carne em mãos de multinacionais. Para contrabalançar, a agricultura estava numa fase de expansão e a custa dela se acumulavam os capitais com os quais se estava mantendo a indústria no estado. Para sustentar a industrialização, os empresários dispunham de um

mercado regional fechado. Institucionalizada a nova república, os diversos mercados regionais se fundiram num só e de amplitude nacional. Isto foi desvantajoso para a indústria gaúcha. Ela passou a concorrer com a paulista que estava bem mais capitalizada.

Diante da crise econômica mundial, com severos reflexos internos, as indústrias menos capitalizadas teriam maiores problemas que as fortes. Em consequência, poucas indústrias grandes passariam a dominar o mercado nacional. A queda dos preços dos produtos agrícolas e graves crises no mercado de capitais (falência dos bancos Pelotense e Popular) trouxeram entraves ao desenvolvimento industrial da região, que se tornaria cada vez mais evidente diante do avanço industrial paulista ao ponto de, na década de 1950, já se qualificar este estado como um “novo nordeste”. Isto se exprime bem no quadro abaixo:

Participação do Produto Industrial do País (em %)

Ano	São Paulo	RGS
1907	16,5	14,9
1920	31,5	11,0
1939	36,5	8,7
1948	45,4	7,9
1960	54,3	6,7

Fonte: Carrion – 1981, 15

Diante de um quadro tão pouco atrativo, numa fase de grave reatração econômica e política, não houve forças capazes de reorientar ou criar novos rumos na política de aplicação dos recursos destinados a obras públicas.

### 7.1. Obras públicas

Ainda não chegamos a fazer o levantamento de fontes primárias. O exame das fontes secundárias nos levam a concluir que a política seguida por Flores da Cunha foi a mesma da República Velha. No período posterior, das interventorias de Daltro Filho e Cordeiro de Farias, pouco havia de se esperar de um sã desenvolvimento posto que a época era marcada pela aproximação e o desenlace da II Guerra Mundial.

Ao examinarmos documentos como o relatório de Flores da Cunha (Soveral, 1935, 12-75) percebe-se que a política de investimentos estava seriamente travada pela conjuntura. A tônica continuou a ser a construção de estradas e pontes e o melhoramento das vias férreas. Neste período construiu-se a primeira estrada de concreto (Porto Alegre a São Leopoldo). Uma pequena mudança de ênfase fez-se sentir no desenvolvimento da viação fluvial onde foram feitos investimentos na construção de portos, dragagem de rios e balizamento da Lagoa dos Patos. Estes investimentos se justificavam na medida em que a criação de uma frota de navios estadual era programa prioritário (Ferreira Fº, 1958, 173 e Müller, 1979, 369).

Quanto à construção de prédios, a ênfase foi dada no programa de melhoramento dos quartéis de acordo com a política de criar uma força capaz de garantir uma oposição ao centralismo federal (fizeram-se intensivos preparativos bélicos com compras de armamento moderno e copiosa munição na Europa (Ferreira Fº, 1958, 175).

Em resposta às pressões pecuaristas, instalaram-se um matadouro modelo, um entreposto de leite e um frigorífico (Soveral, 1935, 30).

Este limitado desenvolvimento quantitativo está em franca contradição com a evolução qualitativa da produção arquitetônica. As nuvens escuras que cobriam os céus do Rio Grande, levaram os arquitetos a fazer uma profunda revisão de conceitos que conduziu a uma nova fase. O encerramento da anterior foi feito com um retorno à arquitetura clássica. É o apogeu de Teóphilo de Barros quando concebe os edifícios gêmeos das secretarias de Obras Públicas e da Fazenda. Nesta linha, Corona concebe o Instituto de Educação. Esta tendência também é acompanhada por Wiederspahn na arquitetura civil ao conceber o prédio da sede do Banco Nacional do Comércio (hoje sede do Sul-Brasileiro). Nesta obra Wiederspahn foi à falência, que pode ser tomada em seu caráter simbólico — como a falência de uma forma de expressão. A liberdade de criação, o largo uso das linhas curvas e dos volumes recortados deram lugar a uma arquitetura rígida, comedida, catalogada, aparentemente, sem imaginação. Este consciente retorno bem marcado a Vignola é a mais clara expressão do dilema que a sociedade gaúcha estava vivendo.

Paralela e concomitantemente, desenvolveu-se uma nova arquitetura despojada de todo o decorativismo e do formulário historicista. Ela usava superfícies planas, fachadas lisas e a estrutura como forma de expressão. O volume passa a ter valor em si, pela simplicidade e por sua delimitação como massa construída reduzida a essência. É claro que estamos aqui diante daquilo que viria a ser chamado de arquitetura

moderna. Ainda está a procura de sua forma de expressão mas já contém os postulados do modernismo europeu.

Os paralelos entre o desenvolvimento europeu do após guerra (década de 1920) e do período pós-revolucionário gaúcho (década de 1930) são flagrantes. Uma crise econômica, uma indefinição política, uma intensa disputa partidária, uma desorganização social à procura de um modelo integrados eram aspectos comuns. Mas há uma diferença básica. Enquanto a saída europeia tendia à democracia, aqui se tendia ao autoritarismo centralizante. Enquanto a Alemanha evoluía do Império para a República, aqui nos encaminhávamos da independência regional para as amarras do Estado Novo. Isto se refletia na arquitetura de forma impressionante. Enquanto a arquitetura europeia se despojava de toda a tendência monumentalista, aqui verificava-se uma procura constante da expressão monumental. Tanto isto é verdade que não se abandonou a rígida simetria especular e os grandes eixos monumentais como ficou bem caracterizado na exposição do centenário farroupilha. Tanto na Europa como aqui, procurou-se afirmar a produção mecânica, por via industrial, uma linguagem supra-regional. Mas a via de realização foi distinta. Lá foi o mundano, o popular. Aqui foi o monumental e autoritário.

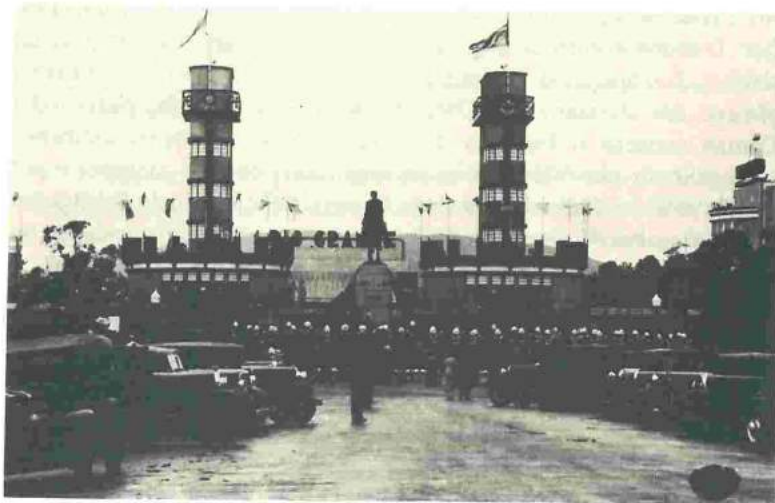


Fig. 6 – O pórtico monumental da Exposição da Revolução Farroupilha: uma busca de uma linguagem moderna em plena década de 1930, sem dispensar o monumentalismo característico dos governos ditatoriais. Projeto de A. D. Aydos & Cia. Ltda. Foto O. Dutra. Gentileza GEDAB – FA – UFRGS.

Neste sentido, é insustentável a tese de que a arquitetura moderna brasileira tenha começado a partir da segunda visita de Le Corbusier e da edificação do Ministério da Educação. O início do movimento modernista pelos cariocas é contestado pelos paulistas com as obras de Warchawchik e pelos pernambucanos, com a obra de Luiz Nunes. Se os gaúchos fossem um pouco mais atentos com sua história da arquitetura, poderiam entrar na discussão usando como trunfo Dahne & Conceição. Estas disputas regionais nada mais são do que uma demonstração de que o movimento era nacional e de profundas raízes sociais.

Dentro desta perspectiva, foi perfeitamente coerente o convite para a vinda de Le Corbusier feita pelo governo central. Dentre os numerosos representantes do movimento modernista europeu, que representavam uma ampla gama de tendências, foi escolhido o representante mais dogmático, autoritário e impositivo para construir um edifício que se caracterizasse pelo monumental conforme desejo expresso do ministro Capanema (Bruand, 1981, 82 e seg.).

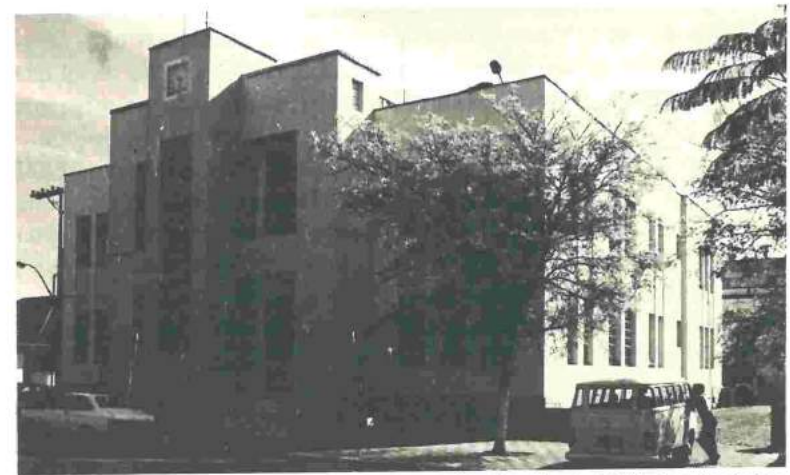


Fig. 7 – A Prefeitura Municipal de São Leopoldo. Projeto de 1940 de autoria do arq. Theophilo Borges de Barros dentro dos preceitos modernistas respeitando a simetria especular e o monumentalismo das massas pela via autoritária da modernização da arquitetura nacional. Foto Leopoldo Plentz.

Esta origem teve suas conseqüências. Nascida do autoritarismo estado-novista, a arquitetura moderna brasileira encontraria, mais tarde, sua expressão máxima construindo monumentos a governos autoritários, e o ensino da arquitetura faria de Le Corbusier o alfa e o ômega, ignorando as bases sociais nacionais que propiciaram seu surgimento e,

no plano internacional, deixaria de lado tudo o que não se coadunava com o dogmatismo corbusiano.

### Conclusão

Ao isolarmos a realização de construções de uma (ou mais) classe dominante dentro de uma sociedade concreta, a partir de seu centro de decisões materializado na elite, que detém em suas mãos a dominação política do Estado, obviamente não poderíamos tirar conclusões gerais sobre a arquitetura como um todo, dentro do período abordado. Porém, aquela parte das realizações construtivas sujeitas a este centro de decisões, objeto de nossas considerações, mostraram que as relações entre as classes dominantes e produção arquitetônica são diretas e estreitas. Sua arquitetura não pode ser entendida como uma produção material de uma sociedade concreta como um todo, em sua luta pelo domínio da natureza, como o supõe Luckács, mas, especificamente, daquelas parcelas da sociedade que detém o poder. Muito mais do que o resultado de uma simples luta pelo domínio da natureza, a obra construída mostrou ser um instrumento a serviço daquele estrato social que detém o domínio do aparato estatal na materialização de seu programa de ação governamental. Este programa é também uma luta pelo domínio da natureza devidamente filtrada e conduzida segundo interesses classistas. Mas é mais do que isto. Ele não se limita a ser apenas uma resposta da supra-estrutura no sentido de atender as necessidades da infra-estrutura que lhe deu origem (como aconteceu no período imperial) mas também pode se configurar como uma ação da própria supra-estrutura no sentido de transformar a infra-estrutura que a sustenta (como no período republicano).

### BIBLIOGRAFIA

- BLANCATO, Vicente. *As Forças Econômicas do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1922.
- BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: *RS: Cultura & Ideologia*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. p. 34-59.
- BONI, Luis Alberto. O Catolicismo da Imigração: Do Triunfo à Crise. In: *RS: Imigração & Colonização*. Porto Alegre, Mercado Aberto, p. 234-55.
- BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. S. Paulo, Perspectiva, 1981.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

- CARRION Jr., Francisco M. *RS: Política Econômica & Alternativas*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981.
- CORONA, Fernando. 50 Anos de Formas Plásticas e Seus Autores. In: *Enciclopédia Riograndense*. Canoas, Regional, 1957. v. 3. p. 217-70.
- FERREIRA F<sup>o</sup>, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1958.
- HAUCK, João Fagundes e cols. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1980. tomo II/2.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil Monárquico. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1972. v. 4. p. 415-72.
- . *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1976.
- LEVINE, Robert. O Rio Grande do Sul como Fator de Instabilidade na República Velha. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1975. p. 99-122.
- LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho*. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- LUKÁCS, Georg. *Estética*. Barcelona, Grijalbo, 1967. v. 4. p. 82-140.
- MAESTRI F<sup>o</sup>, Maria J. O Escravo Africano no Rio Grande do Sul. In: *RS: Economia & Política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p. 29-54.
- MULLER, Geraldo. A Economia Política Gaúcha dos Anos 30 aos 60. In: *RS: Economia & Política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p. 358-402.
- PESAVENTO, Sandra J. República Velha Gaúcha: "Estado Autoritário e Economia", In: *RS: Economia & Política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p. 193-228.
- . *República Velha Gaúcha*. Porto Alegre, Movimento, 1980.
- . *RS: A Economia e o Poder nos Anos 30*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.
- PICCOLO, Helga I. Landgraf. *A Política Rio-Grandense no II Império (1868-1882)*. Porto Alegre, UFRGS, 1974.
- . A Política Rio-Grandense no Império. In: *RS: Economia & Política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p. 93-117.
- ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1969.
- SILVA, Elmar M. da. Ligações Externas da Economia Gaúcha. In: *RS: Economia & Política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p. 55-91.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo, Nacional, 1977. p. 141-98.
- SOVERAL, Antonio. *O Patriótico Governo do Gal. José Antônio Flores da Cunha*. [s.l./s.e.] 1935.
- TABORDA, Tarcísio A. Costa. *A Igreja de São Sebastião de Bagé*. [s.e.] Bagé, 1975.